



>> O Risco de Manipulação do Relato de Sustentabilidade

À medida que a pressão por um relato e divulgações empresariais de carácter não financeiro continua a crescer, as empresas precisam garantir inevitavelmente a existência de sistemas atualizados e eficientes para a recolha, análise e divulgação das suas respetivas dimensões, bem como e sobretudo, é necessário garantir que este tipo de relato seja credível.

De acordo com o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), o relato de carácter não financeiro refere-se a todo o relato e divulgações empresariais, fora do âmbito das tradicionais demonstrações financeiras que são objeto de uma auditoria externa independente /revisão oficial de contas. Ou seja, estamos aqui no domínio das divulgações por parte das organizações, enquadráveis nos tópicos da Sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial.

De acordo com o último survey da *Big Four* KPMG, "Corporate Responsibility Reporting" (2017), comparativamente com o ano 2005, onde apenas 30% das 250 maiores empresas do mundo divulgavam informações não financeiras, no ano de 2017, mais de três quartos incluem no seu relato anual divulgações desta natureza (KPMG 2017); tendência que tem vindo a acentuar-se nestes últimos 3 anos.

De referir, a nível europeu, a Diretiva 2014/95/UE entretanto transposta para todos os estados membros, que torna obrigatório o relato não financeiro, para certos tipos de empresas (grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados). Por outro lado, o Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015 por 195 países, a Agenda 2030 da ONU, a qual se articula em torno de 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como o Plano de Ação de 2018, da Comissão Europeia

– “Financiar um crescimento sustentável”, colocam na ordem do dia o denominado *Sustainable Finance*, com a incorporação dos fatores ambientais, sociais e de governação nas próprias decisões de investimento e financiamento.

Assim, como se compreenderá, existe uma pressão adicional para que o relato e as divulgações desta natureza, não financeira, consigam não só dar resposta ao contexto descrito, como também às expectativas dos diferentes *stakeholders* e respetivos interesses (muitas vezes diferentes e por vezes conflitantes).

Convém ter a consciência que todo o relato anual é uma parte essencial da estratégia de comunicação das empresas; o propósito de utilizar instrumentos de comunicação corporativa, é influenciar as perceções dos *stakeholders*, isto é, influenciar a imagem ou a reputação organizacionais.

Contudo, torna-se difícil para os diferentes *stakeholders* avaliar se uma organização é, ou não, socialmente responsável. Ainda mais difícil porque as organizações, muitas vezes, exercem simultaneamente um comportamento socialmente responsável e irresponsável. E, é de notar que o crescimento acentuado nas décadas mais recentes do relato empresarial no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social, muitas vezes não tem vindo a ser acompanhado, de igual forma, de maior credibilidade e fiabilidade. O papel da assimetria de informação entre os gestores e os *stakeholders* sobre o desempenho da sustentabilidade corporativa é algo real. Igualmente real é o risco do relato de sustentabilidade poder ser manipulado intencionalmente, de forma fraudulenta, algo que no meio académico e profissional tem vindo a assumir algumas interessantes denominações, nomeadamente, “corporate camouflage” e “greenwashing”.

Consequentemente, neste contexto, é fortemente recomendável que este tipo de relato não financeiro tenha uma garantia externa e independente de fiabilidade, de uma auditoria independente (*assurance*). Mas será que os auditores /revisores oficiais de contas (“accounting assurance providers”) conseguirão assegurar esta missão, com uma segurança adequada, elevada ?

Com informação predominantemente quantitativa (financeira) e uma maturidade elevada no que respeita à sua regulamentação e enquadramento normativo no que respeita à auditoria do tradicional relato financeiro, os auditores não têm conseguido

evitar, desde o virar do milénio, enormes fraudes e escândalos financeiros um pouco por todo o mundo, evidenciando limitações muito relevantes; desde logo enunciadas no livro verde de auditoria de 2010, que deu origem à subsequente reforma europeia de auditoria. Consequentemente, apreensões ainda maiores suscita uma auditoria, em que se pretenderá à partida um nível de segurança elevado, ao relato não financeiro; é de salientar que a subjetividade e incerteza deste tipo de divulgações são significativamente maiores, com recurso a divulgações de natureza qualitativa, ilustrações, narrativas e também divulgações com carácter prospetivo. Ou seja, quer os desafios quer as limitações de uma função de *assurance* deste tipo de relato ficarão seguramente acentuados de forma significativa.

Consciente deste facto, o *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* avançou muito recentemente para a proposta de um novo *guidance*, elaborado em colaboração com o *WBCSD* e denominado de *Extended External Reporting Assurance (EER)*. Proposta que surge na sequência de uma tomada de consciência de que os *standards* e *guidance* já existentes continuam longe de representar um fato à medida, em especial para o *assurance* do relato e divulgações de natureza não financeira; quer em termos de *framework* quer como suporte a uma opinião de auditoria. Contudo, na referida recente proposta de novo *guidance (EER)*, pretendendo complementar a já existente norma de referência *ISAE 3000*, não existem orientações específicas e devidamente detalhadas para apoiar os auditores na difícil tarefa de avaliar o risco de fraude num relato de natureza não financeira, envolvendo questões no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. Assim, tendo presente as já referidas limitações de uma auditoria tradicional ao relato financeiro perante o risco de fraude, com que novas limitações serão agora confrontados os auditores, ao querer dar confiança e garantir com segurança elevada as divulgações e o relato não financeiro (*Environmental, Social, and Governance*), claramente mais desafiante ?

Perante um risco de fraude ou manipulação intencional do relato não financeiro, faltarão seguramente ainda algum (muito?) tempo para que as diferentes partes interessadas no relato e divulgações organizacionais, nos domínios da sustentabilidade e

responsabilidade social corporativa, se sintam confortáveis e tenham a necessária confiança, ao ler e analisar a informação divulgada.